

# CONTRA O ETNOECOCÍDIO: DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA À RESISTÊNCIA COLETIVA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

CONTRA EL ETNOECOCIDIO: DE LA VIOLENCIA POLÍTICA DE LA EXTREMA DERECHA A  
LA RESISTENCIA COLECTIVA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS EN BRASIL

AGAINST ETHNOECOCIDE: FROM FAR-RIGHT POLITICAL VIOLENCE TO THE COLLECTIVE  
RESISTANCE OF INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL

**Viviane de Melo Resende\***

Universidade de Brasília

**Yara Martinelli\*\***

Universidade de Brasília

**Bruno Marangoni Martinelli\*\*\***

Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

RESUMO: Neste artigo, partimos de discursos de extrema direita sobre povos originários e seus territórios para mapear como são retomados e subvertidos na resistência indígena no Brasil. Destacamos como a produção discursiva decorrente do maior congresso

---

\* Viviane de Melo Resende é doutora em Linguística, professora do Departamento de Linguística e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Coordenadora do INCT Caleidoscópio e do LabEC/UnB. E-mail [vivianemelo@unb.br](mailto:vivianemelo@unb.br).

\*\* Yara R. M. Martinelli é bacharela em Relações Internacionais e atualmente cursa o Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Consultora do Associação Brasileira de Municípios na área de sustentabilidade. E-mail [yaramartinelli@gmail.com](mailto:yaramartinelli@gmail.com).

\*\*\* Bruno Marangoni Martinelli é doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília e servidor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. E-mail [bruno.marangoni.martinelli@gmail.com](mailto:bruno.marangoni.martinelli@gmail.com).

indígena brasileiro – o Acampamento Terra Livre (ATL) –, nas edições de 2019 a 2022, respondeu aos ataques do executivo federal, agindo sobre discursos. Para isso, recuperamos alguns conceitos do giro decolonial relevantes à discussão, delineamos contextos de ataque e resistência aos direitos dos povos indígenas no período, resumimos resultados de nossa análise anterior sobre falas do chefe do executivo e apresentamos análises das cartas do ATL. Nossas análises apontam um crescendo da mobilização indígena em resposta aos ataques políticos do governo de extrema direita entre 2019 e 2022. Os povos indígenas organizados em seus movimentos lograram assumir um papel protagonista na resistência social ao fascismo no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Extrema direita. Povos originários. Resistência. Acampamento Terra Livre.

**RESUMEN:** En este artículo, partimos de los discursos de extrema derecha sobre los pueblos indígenas y sus territorios para mapear cómo son retomados y subvertidos en la resistencia indígena en Brasil. Destacamos cómo la producción discursiva resultante del mayor congreso indígena brasileño – Acampamento Terra Livre (ATL) –, en las ediciones del 2019 al 2022, respondió a los ataques del ejecutivo federal, actuando sobre discursos. Para ello, recuperamos algunos conceptos del giro decolonial relevantes para la discusión, esbozamos contextos de ataque y resistencia a los derechos de los pueblos indígenas en el período, resumimos resultados de nuestro análisis previo sobre discursos del presidente del ejecutivo y presentamos análisis de las cartas del ATL. Nuestros análisis señalan un crecimiento de la movilización indígena en respuesta a los ataques políticos del gobierno de extrema derecha entre 2019 y 2022. Los pueblos indígenas organizados en sus movimientos lograron asumir un papel protagónico en la resistencia social al fascismo en Brasil.

**PALABRAS CLAVE:** Brasil. Extrema derecha. Pueblos originarios. Resistencia. Acampamento Terra Livre.

**ABSTRACT:** In this paper, we start from extreme right-wing discourses about indigenous peoples and their territories to map how they are retaken and subverted in indigenous resistance in Brazil. We highlight how the discursive production resulting from the largest Brazilian indigenous congress – Acampamento Terra Livre (ATL) –, in the editions from 2019 to 2022, responded to the attacks of the federal executive, acting on discourses. For this, we recover some concepts of the decolonial turn relevant to the discussion, outline contexts of attack and resistance to the rights of indigenous peoples in the period, summarize results of our previous analysis on discourses by the executive and present analyzes of ATL letters. Our analyzes point to an increase in indigenous mobilization in response to political attacks by the far-right government between 2019 and 2022. Indigenous peoples organized in their movements managed to assume a leading role in social resistance to fascism in Brazil.

**KEYWORDS:** Brazil. Extreme right. Original peoples. Resistance. Acampamento Terra Livre.

## 1 INTRODUÇÃO

Este esforço de reflexão sobre a resistência dos povos indígenas no Brasil contra a violência política da extrema direita entre 2019 e 2022 toma como ponto de partida nossas pesquisas anteriores sobre os sentidos de genocídio no contexto da pandemia no Brasil (RESENDE; MARTINELLI; MARTINELLI, 2022) e sobre discursos e práticas extremistas contra povos indígenas no Brasil (MARTINELLI, 2022). Por meio da compilação e análise de projetos e discursos realizados ao longo da gestão do então presidente do Brasil entre 2019 e 2022, consideramos ser possível apreender as narrativas que direcionaram as políticas de seu governo, e os impactos dessa linha argumentativa para atores relevantes às questões indígenas no Brasil atualmente. Esse mapeamento nos serve, aqui, de suporte para a análise das cartas produzidas durante os Acampamentos Terra Livre de 2019 a 2022, que manifestam retomada e ação de resistência a discursos e práticas extremistas, violentas e genocidas.

Para reunir informações que sustentem uma análise consistente da atuação prático-discursiva sobre povos indígenas, com atenção especial ao tema da demarcação de territórios, realizamos pesquisa bibliográfica sobre conceitos-chave a partir do marco da decolonialidade, agregando reflexões para pensar a questão indígena numa perspectiva de resistência prático-discursiva. Começamos por realizar mapeamento de políticas e discursos governamentais da gestão da extrema direita sobre os povos indígenas e seus territórios.

Em outro trabalho, utilizamos essa base de dados, cotejada a dados apresentados em relatórios produzidos por entidades relevantes sobre a situação atual das populações originárias no Brasil, em análise discursiva qualitativa auxiliada por *software* (MARTINELLI,

2022). Ao optar pela retomada da análise discursiva das falas do então chefe do executivo no Brasil como pano de fundo, procuramos estabelecer um nexo entre o tempo presente e o Brasil que se constituiu como Estado-nação pela invasão e exploração colonial europeia, em um processo violento, marcado por grandes genocídios, pela desigualdade e injustiças ancoradas na racialização. A imposição desse modelo de organização social se deu às custas da inferiorização e destruição, epistemológica e material, de outras formas de ser e conhecer o mundo. Ainda assim, os povos indígenas originários do território hoje conhecido como Brasil resistem e mantêm suas culturas e tradições – movimento no qual o Estado brasileiro muitas vezes se apresentou como inimigo.

Neste recorte, queremos destacar como a produção discursiva decorrente do maior congresso indígena no Brasil – o Acampamento Terra Livre (ATL), que se realiza anualmente desde 2004 – respondeu aos ataques do executivo federal, agindo sobre discursos antes mapeados na fala presidencial. Para isso, organizamos o artigo em seis seções, nas quais: 1. apresentamos nosso referencial teórico-metodológico; 2. recuperamos alguns conceitos do giro decolonial relevantes à discussão; 3. delineamos contextos de ataque e resistência aos direitos dos povos indígenas no período em tela; 4. resumimos resultados de nossa análise anterior sobre falas do chefe do executivo; e 5. apresentamos análises das cartas do ATL.

## 2 OS DADOS E A ABORDAGEM CRÍTICO-DISCURSIVA

Para o trabalho anterior que aqui nos serve de base, fizemos pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de soberania e território, de uma perspectiva crítica e com foco nas questões indígenas, e sobre o marco da decolonialidade (MARTINELLI, 2022). Essas abordagens embasaram desde os mapeamentos históricos, discursivos e de políticas, até as análises e considerações sobre os dados compilados. Mapeamos políticas implementadas entre 2019 e 2022 e pronunciamentos do então presidente que mencionavam os povos indígenas e seus territórios, para, em análise discursiva crítica dessas falas, chegar a um levantamento de sua produção discursiva sobre povos indígenas. Nosso objetivo foi contribuir à reflexão crítica da atuação governamental para os povos indígenas, considerando o histórico brasileiro de políticas indigenistas e os direitos constitucionais à demarcação dos territórios, sua garantia, proteção e perpetuação das culturas tradicionais.

Para compilar a produção discursiva do então presidente sobre povos indígenas, foram utilizados os mapeamentos realizados pela Revista Piauí na série *Bolsonário*. A equipe de pesquisa contratada pela revista disponibilizou a base de dados utilizada, incluindo a transcrição de discursos, entrevistas e *lives* realizadas pelo chefe do executivo. Para completar essa base de dados, realizamos buscas não exaustivas em portais governamentais (FUNAI, IBGE, SESAI, DOU), agências de notícia (Agência Brasil, EBC, Agência Senado) e veículos de imprensa (*Folha de São Paulo*, Portal UOL e *O Globo*). O objetivo foi construir um mapa significativo da produção discursiva sobre povos indígenas nos espaços online em que o então presidente costumava se comunicar com a população, além do mapeamento de sua inserção noticiosa.

Também foram analisados dados sobre a demarcação de terras, as invasões de territórios indígenas e as violências perpetradas durante aquele governo, principalmente com base nos *Relatórios sobre a Violência contra os Povos Indígenas*, publicados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2021 e 2022, os relatórios da *Human Rights Watch* (HRW), do *World Resources Institute* (WRI) e do Instituto Socioambiental (ISA), inclusive em sua plataforma Povos Indígenas do Brasil (PIB). Esses dados foram utilizados no trabalho anterior na sua relação com os discursos presidenciais sobre o tema e as políticas anti-indígenas implementadas naquele governo, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19, como apontam os relatórios (MARTINELLI, 2022).

No presente trabalho, um resumo dos resultados desse esforço analítico servirá como pano de fundo para analisar as respostas dos movimentos indígenas à violência política contra seus direitos, tomando como dados documentos dos ATL de 2019, 2020, 2021 e 2022. Para a análise dos pronunciamentos do então presidente e dos documentos dos ATL, foram utilizadas ferramentas dos estudos críticos do discurso (ECD), que percebem “[...] os recursos linguísticos e visuais de textos como indicadores sutis da luta hegemônica pelo estabelecimento da verdade” (CHOULIARAKI, 2005, p. 50). Nesse sentido, os ECD rejeitam a concepção de linguagem como sistema referencial, conceituando-a como prática e representação da prática. O discurso, então, “[...] não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação

numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2015, p.12). Por isso os métodos utilizados nos estudos críticos do discurso focalizam as relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva (FAIRCLOUGH, 2010; RESENDE, 2017).

A perspectiva interdiscursiva permite identificar a articulação de discursos. As análises das escolhas lexicais, dos padrões de colocação ativados com maior frequência, das estratégias de representação utilizadas e dos juízos de valor acionados em estruturas textuais (VIEIRA; RESENDE, 2016) foram úteis para, de um lado, mapear discursos sobre povos indígenas, e, de outro, as respostas desses povos organizados em coletivo. Assim, os dois conjuntos de análises (de discursos presidenciais do âmbito da direita reativa e de discursos resistentes do coletivo de povos indígenas) se ancoram no discurso como uma dimensão poderosa da realidade social.

### 3 HORIZONTES DE SENTIDOS NA PERSPECTIVA DECOLONIAL: EPISTEMICÍDIO, ETNOCÍDIO E ECOCÍDIO

A imposição da ciência moderna europeia ao mundo carregou consigo a importação de formas de conhecer essencialmente coloniais, marcadas pela dicotomização – característica inerente à ciência moderna. O privilégio epistêmico dos homens brancos ocidentais, que inferioriza conhecimentos produzidos por outros corpos, tem criado a perigosa armadilha epistêmica de definição da verdade, da realidade e do que é entendido como melhor para os demais.

O construto da diferença dicotômica por oposição (COLLINS, 2016), utilizado para embasar sistemas de opressão pela categorização de pessoas e ideias em termos de suas diferenças, é típico da ciência ocidentalizada, marcada pelas colonialidades e privilégios epistêmicos. Nela, polaridades como “razão/emoção, fato/opinião e sujeito/objeto ganham significado em termos de sua relação de diferença” (COLLINS, 2016, p. 108) sendo opostas e não complementares. A fragilidade dessa distinção dicotômica, incapaz de abarcar as complexidades existentes, é resolvida e legitimada pelo exercício de poder e dominação.

Os grandes genocídios provocados pelas empreitadas imperialistas europeias promoveram também “epistemicídios” – a destruição de formas de conhecer pela destruição de seres humanos. E a colonialidade se manifesta, também, pela perpetuação de epistemicídios (SANTOS, 2010), incluindo aí o contexto e os tipos de relação estabelecidas entre Povos Originários e “Estados-Nação”.

Etnocídio e ecocídio são conceitos muitas vezes evocados nas lutas indígenas, para embasar juridicamente sua resistência contra violências sofridas de maneira recorrente, institucionalizadas e até promovidas pelo Estado, de forma articulada e integrada ao genocídio continuado desde a invasão europeia. O pesquisador e professor Gersen Baniwa afirma que

[...] etnocídio é um conjunto de práticas que busca, através da “integração cultural”, retirar/negar o pertencimento da pessoa indígena à sua língua, saberes, modos de vida, à sua identidade étnica. O objetivo é que, uma vez “integrado”, homogeneizado, o indígena deixe de ser o que é. É, portanto, uma das principais formas de extermínio e negação das vidas indígenas (BANIWA, 2006, paginação irregular)

A prática etnocida constitui o Estado brasileiro desde sua concepção – a vontade de imposição de um sentimento nacional pautado na colonialidade e na aceitação das invasões europeias como fonte de unidade, como propósito de unificação, é, por si só, etnocídio. Essa violência almeja uma dissolução genérica, homogeneizadora dos diversos povos que ocupam o território brasileiro, forçando a suposta unificação que atenderia à narrativa oficial da identidade nacional (LONGHINI, 2021).

O etnocídio no Estado brasileiro deu-se de maneira institucionalizada até o Marco Constitucional de 1988 (BRASIL, 1988). A política indigenista anterior à Constituição, denominada “integralista”, teve por objetivo central a integração e a “inserção” gradual dos povos indígenas à sociedade capitalista e ocidentalizada, até que não existissem mais distintas nações, diferentes formas de ser e pensar sobre o mundo. Para o Estado, “índio” significava, de maneira oficial e institucionalizada, uma categoria social transitória, em assimilação, até que a pessoa indígena, assimilada, passasse a integrar as demais categorias raciais não indígenas. Geni Longhini (2021) destaca o papel central da cristianização compulsória nesse processo, que prestou e presta até hoje um papel violento de “despertença” às formas de vida originárias desta terra.

O etnocídio se ancora na perspectiva essencialista de que o ser indígena habita o passado, reforçando a compreensão colonial de uma linearidade do “desenvolvimento” que culminaria no homem-branco-normativo-urbano. Para Tupinambá (2019, paginação irregular), constitui-se como “[...] a negação da nossa existência ao afirmar que, para ser índio ou quilombola, é preciso que as pessoas vivam como no século XVI”, percepção da qual decorre o discurso de que populações indígenas atrasariam o desenvolvimento do país. Ancora-se também no ideal homogeneizador, que aglutina no termo “indígena” as centenas de etnias brasileiras, como se fossem uma só, ignorando a diversidade cultural, linguística, religiosa e fenotípica dos povos. O não reconhecimento da pluralidade é nodal ao projeto de invisibilidade integracionista do Estado (LONGHINI, 2021).

O ecocídio é definido pela destruição ambiental, configurando crime que impacta a natureza e seus ciclos naturais, com danos a qualquer espécie (seres humanos ou não-humanos), cometido por ação ou omissão, e que pode ser cometido por Estados ou empresas em responsabilidade objetiva (ECOCID ACT, 2012). Caracteriza-se pela destruição ou perda extensa, severa e sistemática de um ecossistema em um território (GORDILHO; RAVAZZANO, 2017). O significado da territorialidade e da preservação do ecossistema para os povos indígenas e comunidades tradicionais é frequentemente deslegitimado, subestimado (DA CUNHA *et al.*, 2021) ou compreendido de uma perspectiva ocidentalizada limitante. As opções concebidas, de uma perspectiva científica moderna, como possibilidades de manejo do meio ambiente, costumam ignorar as relações de integração e pertencimento ao território de maneira profunda, muitas vezes estabelecida pelos povos indígenas, e que representa uma rede complexa de inter-relações entre seres vivos e não-vivos, agentes humanos e não-humanos (INGOLD, 2011; KRENAK, 2020).

Para muitos povos indígenas e comunidades tradicionais, seguir existindo e perpetuando culturas não-ocidentais é um desafio no qual o Estado se coloca, muitas vezes, como inimigo. De fato, a expropriação de terras indígenas iniciou-se no momento da intrusão e essa violência segue sendo praticada cotidianamente. Autores indígenas como Edson Kaiapó questionam a narrativa oficial sobre o que se denominou “descobrimento” do Brasil, uma história de invasão, exploração, genocídio e apagamento. A narrativa sobre o território brasileiro, de que seria uma “terra sem dono”, vem legitimando a expropriação e discursos e práticas de propriedade sobre a terra (KAIAPÓ; BRITO, 2014).

O racismo estrutural se sustenta desde então nas colonialidades herdadas da invasão europeia e na “[...] crença da existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e cultural” (MUNANGA, 2013, p. 8). Nessa perspectiva, pessoas racializadas se distanciam da posição plena de humanidade, reforçando a linearidade colonizatória. A percepção do branco ocidentalizado como representante universal do humano leva à consideração da premissa: “[...] quem não for branco não é tão humano assim” (FAUSTINO, 2017, p. 128).

#### 4 POLÍTICA ANTI-INDÍGENA E RESISTÊNCIA NO BRASIL SOB A EXTREMA DIREITA

O presidente brasileiro entre 2019 e 2022 disse, durante a campanha presidencial em 2018, que não demarcaria “nem um centímetro a mais” de terras indígenas em sua gestão. Em janeiro de 2019, realizou uma reestruturação administrativa que transferia para o Ministério da Agricultura a tarefa de realizar as demarcações de Territórios Indígenas, intento em que foi contido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em agosto de 2019, reafirmou que, enquanto fosse presidente, não demarcaria nenhum território indígena e nenhuma ação do governo seria movida sobre os temas indígenas. Face a essa política anti-indígena, algumas ações de grupos sociais tentaram garantir os direitos já conquistados pelos povos indígenas:

- em 2019, o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos e a Comissão Arns apresentaram um informe ao Tribunal Penal Internacional acusando o presidente de “crimes contra a humanidade” e “incitação ao genocídio contra os povos indígenas do Brasil”, além de redução de fiscalização e omissão diante de crimes ambientais na Amazônia (ISA, 2020);
- na 19ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas, realizada em abril de 2019, a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) fez denúncias contra aquela gestão federal, destacando o discurso de ódio do mandatário;
- em 2020, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709, apresentada pela APIB ao STF, apontou a irresponsabilidade sanitária e o racismo institucional contra os povos indígenas como as causas do “genocídio em curso” (APIB, 2020); e

– na 20ª Sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas, em abril de 2021, lideranças de vários povos indígenas brasileiros denunciaram o então presidente pelo crime de genocídio, destacando a paralisação das demarcações de Terras Indígenas, a intensificação de conflitos territoriais, as invasões de territórios, a inação governamental na atenção à saúde durante a pandemia de Covid-19, a escalada de violência pelas invasões de terras indígenas.

Vários Relatórios de organizações sociais também foram produzidos nesse período. Por exemplo, em 2020, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Socioambiental (ISA) lançaram um relatório que apontou um “[...] risco de genocídio com a cumplicidade do Estado brasileiro” ao povo Yanomami, ameaçado pelo garimpo ilegal e pela Covid-19 (ISA, 2020, paginação irregular), e em 2022 a *Human Rights Watch* denunciou em relatório como a administração enfraqueceu órgãos governamentais encarregados de proteger direitos indígenas, emitiu regulamentos prejudiciais aos povos e retirou orçamento de órgãos federais de proteção ambiental, deixando os territórios ainda mais vulneráveis a invasões, grilagens e violências (HRW, 2022).

A gestão federal sob a extrema direita paralisou procedimentos demarcatórios de áreas protegidas no Brasil, inclusive terras indígenas. O Ministério da Justiça chegou a devolver à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) uma série de processos que estavam prontos para publicação em portarias; outras portarias declaratórias foram anuladas; processos que já tramitavam retrocederam administrativamente, e portarias de interdição e restrição de uso para monitoramento e proteção de povos isolados caducaram.

A condução da pandemia pelo governo, em relação aos povos originários, também foi criticada. A falta de garantia dos cuidados básicos ligados à Covid-19 (CIMI, 2022) só começou a ser revertida a partir da obrigatoriedade de ações emergenciais impostas pelo STF. Requerimentos minerários aumentaram expressivamente, principalmente na região amazônica. Só na terra indígena Yanomami foram mais de 500 requerimentos sobrepostos para exploração, que somam área de mais de 3 milhões de hectares. O CIMI registrou, em 2021, 305 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, que afetaram pelo menos 226 terras indígenas em todo o país. As denúncias de abuso de poder nos territórios mais que dobraram, apontando a invasão de aldeias por homens armados, a realização de revistas indevidas e truculentas, com ameaças de abrir fogo contra pessoas indígenas (CIMI, 2022).

Em 2021, foram registrados 19 casos de ameaças de morte, envolvendo diretamente 19 vítimas e duas comunidades inteiras (em Mato Grosso e no Maranhão). No relatório do CIMI de 2022, a gestão desrespeitosa do mandatário e seu discurso são apontados como impulsionadores de atos violentos e discriminatórios, como a retenção de cartões bancários e benefícios sociais de indígenas por comerciantes; aliciamento de crianças e jovens por grupos criminosos para o tráfico; e cooptação de indígenas para trabalho análogo à escravidão, incluindo crianças.

A FUNAI passou por uma série de transformações durante aquele governo. Ainda em 2018, antes da posse presidencial, o então candidato criticou a fundação por proteger os direitos indígenas e prometeu ao seu eleitorado promover cortes de recursos. Marcelo Xavier, indicado em 2019 pelo então presidente da República para presidir a Fundação, destituiu servidores públicos de carreira de cargos de liderança, abriu investigações persecutórias contra funcionários, líderes indígenas e promotores de defesa dos direitos indígenas; dificultou burocraticamente iniciativas de proteção dos territórios indígenas e adotou políticas que impulsionaram a invasão e a violência (HRW, 2022).

Xavier foi acusado por funcionários da FUNAI e um procurador federal, que afirmaram a criação de uma atmosfera de medo e intimidação. Em nota sustentaram que o presidente da Fundação indiciava funcionários e membros de associações indígenas, de maneira falaciosa, como estratégia para exercer “pressão política”. O Ministério Público Federal chegou a denunciar Xavier, em julho de 2022, por realizar acusações falsas (HRW, 2022). A perseguição na instituição foi registrada em anúncios de exoneração injustificada, afastamentos e realocações realizados sem aviso prévio ou explicação formal. O Relatório *Fundação Anti-Índigena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro* foi publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos e pelos Indigenistas Associados (INESC; INA, 2022).

Políticas ativamente anti-indígenas levaram a sociedade civil a agir diante da urgência e da falta de recursos e apoio institucional/governamental. Alguns exemplos se destacam ao longo da gestão, como o caso da União dos Povos Indígenas do Vale

do Javari (UNIVAJA), que se viu obrigada a promover patrulhas na floresta para proteção contra invasões ao território, tendo em vista a ausência completa de proteção do Estado para a Terra Indígena (HRW, 2022); do ataque de garimpeiros contra a Associação das Mulheres Munduruku Wakoborün, em março de 2021, registrado em vídeos divulgados pela comunidade; da emblemática escalada da violência contra os povos Yanomami e Ye'kwana, com atuação impune de milhares de garimpeiros ilegais cujos ataques contra indígenas também foram registrados (CIMI, 2022); da violência sexual no território Yanomami como prática rotineira perpetrada por garimpeiros invasores do território.

A repressão e o assassinato de defensores dos povos indígenas também marcaram a gestão. Em 2019, o agente da Funai Maxciel Pereira dos Santos foi executado em Tabatinga, Amazonas. Um caso emblemático de violência contra indigenistas ocorreu em 2019, quando o agente da Funai Bruno Pereira articulou uma grande operação para fiscalização e expulsão do garimpo ilegal no Vale do Javari, com missão investigativa, que culminou em uma grande ação que destruiu 60 balsas que operavam criminosamente. Poucos dias depois, o agente foi removido do cargo de coordenador da Divisão de Indígenas Isolados da Fundação, sendo deslocado para outra coordenadoria sem cargo de liderança (HRW, 2022). Cerca de dois anos depois, em 2022, Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillip foram assassinados no Vale do Javari.

De 2019 e 2022, as pautas e discursos anti-indígenas se concretizaram por meio de diferentes práticas, como o aumento do desmatamento na Amazônia (HRW, 2022), o enfraquecimento dos órgãos e mecanismos de fiscalização ambiental, os cortes de gastos para essas áreas, as perseguições institucionais, o estímulo a invasões, os casos de violência e assassinatos, o aumento dos requerimentos de mineração e do número de garimpeiros ilegais atuando em territórios indígenas. A paralisação de demarcações e o incentivo às empreitadas garimpeiras, madeireiras, agropecuárias provocaram grave insegurança para os povos indígenas no Brasil.

## 5 POVOS INDÍGENAS EM LIVES, ENTREVISTAS E IMPRENSA: RESUMO DA REPRESENTAÇÃO EXTREMISTA

Iniciativa da Revista Piauí, o *Bolsonário* escancarou a preferência do então presidente por se pronunciar sozinho (em *lives* realizadas pela sua própria equipe) do que em entrevistas coletivas. Em *lives* de 2019, por exemplo, o presidente utilizou mais de 131 mil palavras, mais que o dobro das utilizadas em entrevistas concedidas à imprensa no mesmo período (ALMEIDA; ROSSI; BUONO, 2019).

As palavras “indígena” e “índio” foram mencionadas 61 vezes, e todas as menções aos povos tradicionais carregavam conotação negativa, em acusações de uma “febre de demarcações” de terras que supostamente dividiriam o povo e inviabilizariam o agronegócio. Nas transcrições de entrevistas, o mandatário fez menções aos povos indígenas em 10 ocasiões identificadas pelos argumentos de busca “demarcação”, “indígena” e “índio” (as chaves “povos” e “originários” não levaram a nenhum tema correlato, o que é uma ausência significativa). Nas transcrições de *lives*, as menções aos povos indígenas, encontradas pelas mesmas chaves de busca, foram identificadas em 13 ocasiões (as chaves “povos” e “originários” também não levaram a nenhum tema correlato). Aos dados disponibilizados pela Revista Piauí em seu levantamento, agregamos dados coletados em portais governamentais, agências de notícia e veículos de imprensa.

Os discursos perpetrados pelo chefe do executivo para endereçar as questões relacionadas aos povos indígenas, articulados às políticas e projetos propostos e implementados em seu governo para a demarcação de Terras Indígenas, a Fundação Nacional do Índio, a proteção do meio ambiente e dos territórios protegidos no Brasil, tiveram consequências nefastas e representaram um marco de retrocesso. Esse marco tem, desde já, consequências irreparáveis – as vidas perdidas, inclusive de anciãos que carregavam consigo sabedorias e ciências tradicionais, representando e simbolizando importantes papéis para as culturas originárias; os hectares de florestas nativas destruídas; os territórios indígenas invadidos e explorados; os seres humanos violentados e seus direitos violados, e todas as consequências institucionais, culturais, sociais e ambientais já mencionadas.

Discursos recorrentes levantados nas falas do então presidente associam povos indígenas a sentidos de animalização e evolucionismo. O então presidente repetidamente infere que indígenas não seriam seres humanos plenos, e não sendo considerados

plenamente humanos, assume-se um estado de transição em que estariam evoluindo em direção a serem “cada vez mais humanos como nós”. Assim se pressupõe um referencial evolutivo que culminaria no polo “nós”, evocado pelo orador homem-branco-urbano-capitalista, como se houvesse uma evolução linear da espécie, sendo os indígenas colocados no lugar transitório entre o animal e o “ser humano evoluído”. O etnocídio é então assumido como solução para a “humanização” dos povos indígenas, adquirida mediante “integração à sociedade”, assimilação ao grupo “nós” a partir do referencial da branquitude urbana. Trata-se de evocação direta do argumento integracionista pré-constitucional, entendendo o etnocídio como caminho evolutivo.

Os cotextos e os padrões de colocação ativados com maior frequência manifestam repetição sobre pertencimento dos povos indígenas a um tempo passado, e sua suposta vontade de integração ou “modernização” em direção ao padrão de desenvolvimento branco e europeu. Essa presunção cria um argumento de justificação para as ações violentas perpetradas pelo governo. A repetição de sentenças com estrutura do tipo “agora o índio vai poder usar a terra como o fazendeiro” revela associação entre os povos indígenas e seres humanos do passado (até mesmo “pré-históricos”, nas palavras do mandatário) ou seres não humanos (quando compara as terras indígenas a zoológicos). Cria-se justificativa para a política etnocida – tida como alternativa para humanizar, para trazer ao presente, para “avançar” na perspectiva linear racista de desenvolvimento. Esses discursos se ancoram na percepção integracionista da política indigenista, aplicada antes do marco da CF88, inclusive durante a ditadura. O discurso integracionista, por natureza etnocida, pretende que não haja outras formas de ser no mundo e se organizar socialmente que não a imposta pelo modelo branco-ocidental-capitalista.

Por outro lado, o então presidente sugere estar fazendo um favor aos povos indígenas, argumentando que a permissão de exploração das terras indígenas por terceiros para fins de agricultura, pecuária, mineração e extração de madeira seria de interesse dos próprios povos. Sugere também que as culturas indígenas e as formas de vida tradicionais representariam em si um retrocesso do qual os povos indígenas desejariam sair, a fim de evoluírem. Esses temas, que são pauta de conflitos no âmbito do discurso e da prática, não têm aderência nos movimentos indígenas. Pelo contrário, há prevalência do discurso contrário a qualquer tipo de arrendamento de terras por parte das associações, inclusive a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Além disso, essa permissão seria inconstitucional.

Ao tratar do tema de terras indígenas e meio ambiente, refere-se a esses territórios e à Amazônia como um tesouro da mineração, destacando com frequência a extração do nióbio e do grafite como oportunidades, e como espaços potenciais para o agronegócio. Essa visão corrobora a dicotomização colonial que percebe o meio ambiente apenas como fonte de recursos, para extração e para geração de lucro e rentabilidade econômica, o que se contrapõe às percepções indígenas de pertencimento ao território (KRENAK, 2020).

Nas transcrições de pronunciamentos e entrevistas, assim como nos textos publicados por agências e portais de notícias referindo discursos presidenciais, a “demarcação” de terras indígenas é representada pelo chefe do Executivo como uma “indústria”, em referência a algo feito em larga escala e evocando um sentido negativo. Questiona o custo financeiro das demarcações, acionando compreensão de sentido unicamente econômico da terra; e apresenta reclamações quanto à quantidade de terras demarcadas e das possíveis homologações de terras solicitadas. Seu uso dos termos “indígena” e “terra” aparece em colocações que ativam as metáforas de “indústria de demarcações”, de uma “febre de demarcações” ou de estados “tomados pela demarcação”. Quando “indígenas” aparece em colocação com “reservas”, representa o território como inviabilizado, como terras improdutivas, obstruindo o agronegócio e a exploração econômica. A terra indígena é referida como “o pedaço de terra mais caro do mundo”, especialmente nos contextos que ativam sentidos econômicos (com “arrendar”, “fazenda”, “negócio”, “dono”).

A análise articulada entre os projetos e políticas propostos para os povos indígenas ao longo daquela gestão, as falas do então presidente e os dados apresentados nos relatórios sobre violência contra povos indígenas no Brasil durante os últimos anos aponta uma política etnocida ancorada no retrocesso ao indigenismo integracionista. Esse marco de retrocesso é um desrespeito aos direitos constitucionais e internacionais garantidos aos povos.

## 6 FOCOS DE RESISTÊNCIA: DOCUMENTOS DOS ATL 2019-2022

O Acampamento Terra Livre (ATL) é a maior assembleia de mobilização de povos indígenas no Brasil, e provavelmente no mundo – a edição de 2022 reuniu mais de 200 povos, segundo a APIB. Acontece anualmente desde 2004, por regra em Brasília (salvo exceções em 2010 e 2012, quando o encontro aconteceu em outras cidades brasileiras, e na realização online em 2020 por restrições sanitárias devidas à pandemia). Suas 18 edições já realizadas vêm reunindo diversos povos a fim de discutir as violações de direitos, reivindicar o cumprimento das leis e propor ações de resistência, como a própria criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), resultado da primeira edição do ATL.

Segundo a APIB (2022, paginação irregular), as cartas públicas resultantes de cada ATL apresentam “a leitura política do movimento sobre os governos”, com posicionamentos explícitos sobre “o processo de desmonte das políticas e estruturas indigenistas do Estado, e registram reiteradamente as suas demandas e reivindicações históricas”. A principal pauta dos ATL tem sido a questão do território – defesa da demarcação e garantia de territórios já demarcados –, do direito à diferença, à autodeterminação e à autonomia, ao lado de questões de acesso a saúde e educação, denúncias de violências recorrentes e, mais recentemente, questões interseccionais como os direitos das mulheres indígenas, da população indígena LGBT, da juventude indígena, de indígenas no sistema prisional.

Durante o período que focalizamos, de 2019 a 2022, foram realizados quatro ATL, dois presenciais, um híbrido e um remoto. Em 2020 a reunião foi impedida pela pandemia e o evento realizou-se apenas online, e a edição de 2021 foi híbrida. Os temas das quatro edições foram os seguintes: “Resistimos há 519 anos e continuaremos resistindo” (2019), “Ocupando as redes e demarcando as telas” (2020), “A nossa luta ainda é pela vida, não é apenas um vírus” (2021) e “Retomando o Brasil: demarcar território e aldear a política” (2022).

Para este estudo das disputas discursivas, tomamos quatro documentos, um de cada ATL do período, e, com auxílio do *software* NVivo, codificamos as correspondências temáticas com os discursos antes levantados nas falas presidenciais. Os sentidos retomados que codificamos no *software* foram os seguintes: discurso racista e de ódio; política integracionista; invasão de terras indígenas (grilagem, garimpo e agronegócio); políticas e leis anti-indígenas; questão ambiental e climática; demarcação de territórios. Além desses temas retomados, outros temas recorrentes nos documentos dos ATL foram mapeados: participação social e movimento indígena, o próprio chefe do Executivo e seu governo. Outros temas também tratados nos documentos dos ATL foram saúde, educação, pandemia, bem-viver, imposição religiosa e tratados internacionais.

Os sentidos mais presentes nas falas presidenciais – de animalização e evolucionismo – não são diretamente retomados nos documentos do movimento indígena, que, no entanto, acionam diversas vezes os temas do racismo, do genocídio e do etnocídio. Por exemplo, na Declaração do Abril Indígena Acampamento Terra Livre de 2021: “[...] somos vítimas do despojo, do esbulho, da destruição, da violência, do preconceito, da discriminação, do racismo, enfim, de políticas e práticas etnocidas e genocidas” (ATL, 2021, paginação irregular). Sobre isso, o discurso presidencial é tomado como gancho para denúncia, vinculando suas falas à política anti-indígena, como vemos no mesmo documento: “Com discursos carregados de racismo e ódio, Bolsonaro estimula a violência contra nossas comunidades e paralisa as ações do Estado que deveriam promover assistência, proteção e garantias de direitos” (ATL, 2021, paginação irregular).

Em 2019, os temas mais presentes foram direitos dos povos indígenas, demarcação de terras, saúde e educação.



**Imagem 1:** Vinte palavras mais frequentes ATL 2019

**Fonte:** Elaboração própria em análise no NVivo

Em 2020, foram recorrentes menções a questões de saúde, ligadas à Covid-19, e território, e referências diretas ao governo, nominalmente ao então presidente e à Funai.



**Imagem 2:** Vinte palavras mais frequentes ATL 2020

**Fonte:** Elaboração própria em análise no NVivo

Em 2021, os temas mais frequentes foram a pandemia, o território e a luta indígena.



**Imagem 3:** Vinte palavras mais frequentes ATL 2021

**Fonte:** Elaboração própria em análise no NVivo

O documento de 2022, por fim, tematiza centralmente as lutas indígenas, os direitos dos povos e o território.



**Imagem 4:** Vinte palavras mais frequentes ATL 2022

**Fonte:** Elaboração própria em análise no NVivo

As nuvens de palavras geradas com as 20 palavras mais frequentes em cada documento mostram a presença constante do possessivo “nossos”: em 2019, a colocação mais recorrente é “nossos direitos”; em 2020, “nossos indígenas”; em 2021, “nossos povos”, e em 2022, “nossos territórios”.

A presença recorrente do possessivo sugere relevância analítica das oposições ativadas no discurso. No documento de 2019, a articulação dos povos indígenas dá-se em oposição à “[...] onda crescente de invasões, loteamentos, desmatamentos, arrendamentos e violências, práticas ilegais e criminosas que configuram uma nova fase de esbulho das nossas terras, que atentam contra o nosso direito de usufruto exclusivo” (ATL, 2019, paginação irregular).

Esse “inimigo” metafórico (“onda crescente”) e indefinido vai cedendo lugar a expressões mais específicas de polaridade. Em 2020, por menção direta ao então presidente, sua ministra da agricultura e a bancada ruralista: “Bolsonaro, logo que assumiu o governo, [...] repassando a parte de licenciamento ambiental e de demarcação de terras indígenas ao Ministério de Agricultura, comandado pela bancada ruralista, inimiga de nossos povos, na pessoa da ministra fazendeira Teresa Cristina, a ‘musa do veneno’” (ATL, 2020, paginação irregular).

Em 2021, a oposição se constrói, primeiro, contra a própria história colonial (“a invasão europeia aos nossos territórios tradicionais”) e sua continuidade no presente (“os assassinos foram premiados com a ocupação das nossas terras e territórios”). Depois, vai assumindo como inimigo atual, concreto e palpável, o então governo brasileiro, nominalmente citado o então presidente (“Com a eleição do atual presidente, Jair Bolsonaro, os nossos povos foram mais uma vez alvejados”) e referidos os conflitos “alimentados pelo próprio governo com objetivo de dividir, enfraquecer e desmobilizar os nossos povos” e a “negligência e descaso dessa política de ódio e racista” (ATL, 2021, paginação irregular).

Em 2022, a oposição ao governo federal segue central na carta do ATL: “Bolsonaro incentivou invasões aos nossos territórios e a violência contra nossos parentes”, e depois se desdobra em inimigos diversos, assimilados como “empreendimentos devastadores” e vinculados ao então chefe do executivo: “O atual presidente trabalha ainda para legalizar a atuação das organizações criminosas que agem nos territórios: garimpeiros, madeireiras, pecuaristas, milicianos e grileiros” (ATL, 2022, paginação irregular).

O documento de 2022 finaliza em tom propositivo, articulando uma luta coletiva e necessária no uso do pronome possessivo aqui estudado, culminando em expressões de relevância da luta indígena para além dos povos originários, uma luta social, política e ambiental: “Nossa luta é por nossos Povos, sim, mas também pelo futuro de todos e todas as brasileiras e pela humanidade inteira! Lutamos por um projeto civilizatório de país e de mundo” (ATL, 2022, paginação irregular). Nessa articulação da luta indígena como “futuro” e “projeto civilizatório”, o documento dá um contra-golpe (BISPO DOS SANTOS, 2015) no discurso evolucionista recorrente nas falas presidenciais. O mesmo movimento de desconstrução na disputa discursiva observa-se quando o ATL rejeita a perspectiva do isolamento anacrônico, colocando-se como ator coletivo relevante e articulado a outros movimentos, inclusive no espaço digital:



ministério. Mudança significativa também ocorreu na FUNAI, sigla que passou em 2023 a referir Fundação Nacional dos Povos Indígenas, superando o termo generalizante Índio, que antes nomeava a Fundação. Pela primeira vez, uma pessoa indígena é presidenta da Funai, a liderança Joênia Wapichana, antes deputada federal.

Diante das consequências letais da política anti-indígena da gestão federal anterior, em 20 de janeiro de 2023 o Ministério da Saúde do atual governo decretou emergência na Terra Indígena Yanomami para atender indígenas em graves casos de subnutrição e desassistência básica em saúde. Estima-se que 20 mil garimpeiros invadiram ilegalmente a Terra Indígena Yanomami em 2022, ano em que o garimpo ilegal cresceu 54%. Em fevereiro, uma série de ações do governo federal realizaram assistência ao povo Yanomami, e atuaram pela expulsão de garimpeiros ilegais e apreensão de equipamentos.

A tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami, visibilizada no início de 2023 assim que se deu a mudança do executivo federal, é emblemática da gestão anti-indígena a que nos referimos. As muitas denúncias da sociedade civil e suas demandas ao executivo federal estão registradas e são parte importante da responsabilização pelos fatos ocorridos. Como exemplos, temos a Resolução sobre os Yanomami e Ye'Kwana, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2020), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709, julgada pelo STF em junho de 2021, e o Relatório *Yanomami sob ataque*, da Hutukara Associação Yanomami, de abril de 2022 (HUTUKARA; WANASSEDUUME, 2022). A Polícia Federal atualmente investiga as atividades ilegais no Território, e aponta um esquema de lavagem de dinheiro oriundo da extração ilegal de ouro.

As graves consequências que se manifestam na crise humanitária foram alertadas previamente, o que fortalece as denúncias de genocídio contra o governo de extrema direita no Brasil. Que o olhar atento a este passado recente e a suas conexões com nosso terrível passado nos permita construir outro futuro.

## 7 CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIR DEBATENDO

Os discursos a que se alinhou o então presidente promoveram política etno-ecocida que impulsionou a violência física, patrimonial e psicológica contra os povos originários, a violação das terras indígenas e a degradação ambiental. Essa violação aos direitos garantidos aos povos indígenas pela constituição e por documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário representou um obstáculo à perpetuação das culturas tradicionais e à garantia de segurança e dignidade dos povos originários do Brasil.

Contudo, organizados em movimentos sociais, assumindo espaços discursivos diversos, incluindo os espaços online, e disputando espaços de poder político, os povos indígenas brasileiros têm representado uma atuação poderosa contra a extrema direita. Para além dos documentos dos ATL sobre os quais aqui nos debruçamos, lideranças indígenas brasileiras têm se destacado em ambientes jurídicos, políticos e acadêmicos no combate ao fascismo, nacional e internacionalmente.

Sua atuação contra o genocídio ganhou destaque internacional nos últimos anos. Em 2019, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709, apresentada pela APIB ao STF, apontou a irresponsabilidade sanitária e o racismo institucional contra os povos indígenas como as causas do “genocídio em curso”. Antes mesmo que as denúncias de genocídio contra o mandatário se tornassem pauta política (RESENDE; MARTINELLI; MARTINELLI, 2022), os povos indígenas, com razão internacionalmente reconhecida, já o chamavam genocida. Em 2021, mais de 160 mil pessoas assinaram a Carta Aberta ao STF pela demarcação de terras indígenas, enviada ao STF contra o Marco Temporal. No mesmo ano, a APIB publicou o Dossiê Internacional de Denúncias dos Povos Indígenas do Brasil.

Os quatro anos da gestão da extrema direita no Brasil deixam um triste legado: mortes evitáveis, além das que não podem ser estimadas (inclusive pelo descaso institucional com a produção de dados sobre e para os povos indígenas); conhecimentos originários dessa terra ameaçados e perdidos; populações inteiras vivendo em fome, pobreza e diversas vulnerabilidades sociais; territórios indígenas invadidos, violentados e ocupados; florestas nativas queimadas e degradadas; rios contaminados por mercúrio; perdas em sociobiodiversidade e impactos incalculáveis aos ecossistemas.

Esses efeitos têm sua manifestação mais visível na crise humanitária vivida pelo Povo Yanomami. Gradativamente se tornam públicas as hediondas provas da (in)ação do Estado brasileiro durante aquela gestão, da atuação anti-indígena observada na paralisação de demarcações de territórios; na redução drástica das forças estatais de proteção nos territórios;<sup>106</sup> no sucateamento do aparato estatal responsável pelas questões indígenas; na ausência ou carência de atendimentos médicos e sanitários básicos para os povos indígenas e tradicionais, inclusive diante da crise provocada pela Covid-19; nas tentativas de aprovação de leis e regimentos permissivos às invasões em terras indígenas e no discurso ativamente pró-garimpo e marcado pelo preconceito contra os povos indígenas do Brasil.

Pouco a pouco, a responsabilidade por tais ações e suas tristes, incalculáveis e irrecuperáveis consequências serão julgadas em marcos legais nacionais e internacionais. A justiça será feita. O futuro só pode ser ancestral.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.; ROSSI, A.; BUONO, R. Bolsonaro: Entrevistas. *Revista Piauí*, set. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonario-entrevistas/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

APIB. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709*. Associação dos Povos Indígenas do Brasil, Brasília, 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/g3s00122.pdf> Acesso em: 15 jun. 2022.

ATL. Acampamento Terra Livre 2019. Resistimos há 519 anos e continuaremos resistindo. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2019. Disponível em: <https://mobilizacaoacionalindigena.wordpress.com/2019/04/26/documento-final-do-xv-acampamento-terra-livre/>. Acesso em 29 nov. 2023.

ATL. Acampamento Terra Livre. Documento Final 2020. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/povos-indigenas-documento-final-atl-2020/>. Acesso em 29 nov. 2023.

ATL. Acampamento Terra Livre. Declaração do Abril Indígena – Acampamento Terra Livre 2021. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2021. Disponível em: <https://abrasco.org.br/site/gtsaudeindigena/tag/atl-2021/>. Acesso em 29 nov. 2023.

ATL. Acampamento Terra Livre. Documento Final do Acampamento Terra Livre 2022. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/atl-2022-reforca-uniao-movimento-e-luta/>. Acesso em 29 nov. 2023.

BANIWA, G. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006.

BISPO DOS SANTOS, A. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHOULIARAKI, L. Media discourse and the public sphere. *D.E.L.T.A.*, v. 21, número especial, p. 45-71, 2005.

CIDH. Resolução 35/2020, Medida Cautelar No. 563-20 em favor dos Membros dos Povos Indígenas Yanomami e Ye'kwana em relação ao Brasil. Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Organização dos Estados Americanos, 2020. Disponível: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2020/35-20MC563-20-BR-PT.pdf> Acesso em: 26 fev. 2023.

CIMI. Delegação indígena denuncia governo Bolsonaro em Fórum Permanente da ONU. Mobilização Nacional Indígena via Conselho Missionário Indigenista. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/04/delegacao-indigena-denuncia-governo-bolsonaro-em-forum-permanente-da-onu/> Acesso em: 26 ago. 2022.

CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2021. Conselho Missionário Indigenista - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília, 2022. ISSN 1984-7645 Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf> Acesso em: 26 ago. 2022.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, [s.l.], v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

DA CUNHA, M. *et al.* (orgs.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2021.

ECOCIDE ACT. *Ecocide as the 5th international Crime Against Peace*. 2012. Disponível em: <https://ecocidelaw.com/wp-content/uploads/2012/06/Earth-is-Our-Business-Appendix-II.pdf>. Acesso em: 2 set. 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis*. The critical study of language. Edimburgo: Pearson, 2010.

FAUSTINO, D. M. [Deivison Nkosi] Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (org.). *Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil*. Curitiba: Ed. Appris, p. 125-138, 2017.

GORDILHO, R. Ecocídio e o Tribunal Penal Internacional. *Justiça do Direito*. v. 31, n. 3, p. 688-704, set./dez. 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). *Relatório Brasil – Eventos de 2021*. Report 2022/ Country. New York: Human Rights Watch, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/380707#48851c>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; WANASSEDUUME ASSOCIAÇÃO YE'KWANA. *Relatório Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*, 2022. Disponível: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf> Acesso em: 26 fev. 2023.

INESC; INA. *Fundação Anti-Indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*. Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos; Indigenistas Associados – INA, 2022. Disponível: [https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Fundacao-anti-indigena\\_Inesc\\_INA.pdf](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Fundacao-anti-indigena_Inesc_INA.pdf) Acesso em: 26 fev. 2023.

INGOLD, T. *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Genocídio indígena e ecocídio no Brasil*. Terras Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental, 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/209622#:~:text=Em%20novembro%20do%20ano%20passado%2C%20o%20Coletivo%20de.que%20diz%20respeito%20aos%20crimes%20ambientais%20na%20Amaz%C3%B4nia> Acesso em: 26 fev. 2023.

KAYAPÓ, E.; BRITO, T. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 15, n. 35, p. 38-68, 17 out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>. Acesso em 29 nov. 2023.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LONGHINI, G. Da cor da Terra: etnocídio e resistência indígena. *Revista Tecnologia & Cultura*, Edição especial, p. 65-73, 2021. Disponível em: [http://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista\\_especialPPRER.pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista_especialPPRER.pdf). Acesso em 29 nov. 2023.

MARTINELLI, Y. *Etno-ecocídio: uma análise decolonial do Estado e da política indigenista brasileira no governo Bolsonaro*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MUNANGA, K. *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

RESENDE, V. M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. *In: RESENDE, V. M.; REGIS, J. F. S. (org.) Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2017. p. 11-51.

RESENDE, V. M.; MARTINELLI, Y.; MARTINELLI, B. Sobre os sentidos de Genocídio: disputa no contexto da pandemia no Brasil. *In: TOMAZI, M. M.; RESENDE, V. M (org.). Estudos do discurso: abordagens em ciência crítica*. São Paulo: Pontes, 2022. pp. 73-112.

SANTOS, B. de S. *Epistemologias del Sur*. Mexico: Siglo XXI, 2010.

TUPINAMBÁ, C. A. X. “Nós não somos donos da terra, nós somos a terra”. Entrevista especial com Casé Angatu Xukuru Tupinambá, concedida a Ricardo Machado. *Revista Instituto Humanitas Unisinos*, 2019, s/p. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/582140-nos-nao-somos-donos-da-terra-nos-%20somos-a-terra-entrevista-especial-com-case-angatu-xukuru-tupinamba>. Acesso em 29 nov. 2023.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VIEIRA, V. C.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2016.



Recebido em 27/02/2023. Aceito em 29/06/2023.